Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

CONTAX

RELEASE DE RESULTADO 1TR DE 2026

15 de maio de 2026

CONTAX YOUtility ELFE

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026: A CONTAX Participações S.A. – Em Recuperação Judicial é uma empresa de capital aberto, listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código de negociação CTAX3. A CONTAX é a holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de Atendimento a Clientes (Contact Center e Trade Marketing) por meio da Contax e de Manutenção Industrial pela Elfe, divulga seus resultados consolidados do primeiro trimestre do ano de 2026. As comparações são realizadas com o mesmo período de 2025. As informações financeiras apresentadas foram preparadas conforme as Normas Contábeis Internacionais ("IFRS") e as normas e práticas contábeis da legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Destaques do primeiro trimestre de 2026

A CONTAX registra resultado operacional positivo de R$ 23,7 milhões, com Receita Líquida de R$ 120,7 milhões e EBITDA de R$ 931 mil.

Receita Líquida	Resultado operacional	EBITDA
+10,2%	R$23,7MM	R$0,9MM

Destaques do período	1T26	1T25	Var.
Financeiros (R$ mm)			
Receita Bruta	133,0	120,5	10,4%
Receita operacional líquida	120,7	109,5	10,2%
Custos s/ serviços prestados	(97,1)	(99,7)	-2,7%
Resultado operacional	23,7	9,8	141,5%
% margem s/ ROL	*19,6%*	*8,9%*	
EBITDA contábil	0,9	(18,6)	105,0%
% margem s/ ROL	*0,8%*	*-17,0%*	

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Mensagem da Administração

O ano de 2026 manteve a trajetória de diversificação e crescimento da nossa carteira de clientes, aliada à contínua melhoria da performance operacional, em linha com nosso plano estratégico.

A receita líquida cresceu 10,2% no período, totalizando R$ 120,7 milhões, originada de uma receita bruta de R$ 133 milhões. Esse resultado reflete o sucesso da nossa estratégia de diversificação de portfólio e expansão da base de clientes.

Intensificamos iniciativas voltadas a construção de bases sólidas para uma recuperação sustentável das margens, com destaque para a otimização de infraestrutura, ganhos de escala, aumento de produtividade e desempenho operacional. Como resultado, o resultado operacional atingiu R$ 23,7 milhões, um avanço de 141,5%, enquanto o EBITDA de R$ 931 mil— um crescimento representativo em relação ao mesmo período do ano anterior.

Adicionalmente, a Companhia desempenha um papel importante no desenvolvimento de novos talentos. Contratamos 5.865 mil jovens, muitos dos quais conquistaram seu primeiro emprego formal conosco. Esses resultados refletem nosso compromisso contínuo em proporcionar um ambiente de trabalho diversificado e inclusivo, contribuindo para o desenvolvimento profissional e social das comunidades onde atuamos.

Encerramos o primeiro trimestre com foco no contínuo crescimento da Receita e na consolidação de margens positivas, mantendo nosso compromisso com a excelência operacional, o cuidado com nossos colaboradores e na melhoria contínua da experiência de nossos clientes.

André Felipe Rosado França

Diretor Presidente

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Desempenho Financeiro

A Receita líquida cresceu 10,2% no acumulado do primeiro trimestre de 2026, totalizando R$ 120,7 milhões, originada de uma Receita bruta de R$ 133 milhões. Esse resultado expressivo reflete o sucesso da nossa estratégia de diversificação de portfólio e expansão da base de clientes.

Com uma gestão eficiente de recursos e da contínua otimização de processos, alcançamos uma evolução significativa no resultado operacional, que atingiu R$ 23,7 milhões — um crescimento de 141,5% em relação ao mesmo período de 2025.

No acumulado do ano, o EBITDA chegou a R$ 931 mil confirmando uma trajetória sólida de recuperação e reforçando a consistência do nosso desempenho operacional.

Destaques do período	1T26	1T25	Var.
Financeiros (R$ mm)			
Receita Bruta	133,0	120,5	10,4%
Receita operacional líquida	120,7	109,5	10,2%
Custos s/ serviços prestados	(97,1)	(99,7)	-2,7%
Resultado operacional	23,7	9,8	141,5%
% margem s/ ROL	*19,6%*	*8,9%*	
EBITDA contábil	0,9	(18,6)	105,0%
% margem s/ ROL	*0,8%*	*-17,0%*	

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Desempenho Operacional

A evolução operacional permanece ancorada em uma cultura cada vez mais presente de paixão por servir, reforçando o compromisso com a qualidade na entrega e com a experiência tanto dos clientes quanto dos clientes de nossos clientes. Em paralelo, seguimos fortalecendo os princípios de confiança, honestidade e transparência, reconhecendo desvios de forma aberta e utilizando-os como base para aprendizado contínuo, correções estruturadas e melhoria permanente dos processos.

A Companhia reforça ainda a centralidade das pessoas em sua estratégia operacional, com a convicção de que equipes engajadas, alinhadas e comprometidas são determinantes para a construção de relações duradouras com clientes e para a geração de valor sustentável. Essa abordagem tem contribuído para um ambiente operacional mais consistente, resiliente e orientado à execução.

Como consequência, seguimos sendo reconhecidos pelo desempenho operacional, com posições de destaque em rankings relevantes junto aos principais clientes, além de avanços contínuos na captura de eficiência e na melhoria dos resultados operacionais. Os resultados observados neste início de 2026 reforçam que a Companhia opera em um patamar cada vez mais maduro, estruturado e preparado para sustentar sua evolução com qualidade, disciplina e foco no que realmente importa.

.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

DRE

DRE			
Em milhões de R$	mar/26	mar/25	YtY
Receita operacional bruta	133,0	120,5	10%
Receita operacional líquida	120,7	109,5	10%
Custo dos serviços prestados	(97,1)	(99,7)	-2,7%
Resultado Operacional	**23,7**	**9,8**	**141%**
Gerais e administrativas	(22,3)	(29,9)	-25%
Outras despesas operacionais	(2,6)	(3,7)	30%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**(1,2)**	**(23,8)**	**95%**
Receitas financeiras	0,2	3,2	-94%
Despesas financeiras	(23,5)	(21,5)	9%
Resultado financeiro	**(23,3)**	**(18,3)**	**-27%**
Lucro (Prejuízo) operacional antes do IR e CSLL	**(24,5)**	**(42,1)**	**42%**
Imposto de renda e contribuição social	-	0,2	100%
Lucro (Prejuízo) do período	**(24,5)**	**(41,9)**	**41%**
Depreciação e amortização	2,1	5,2	-59%
Despesas / Receitas financeiras	23,3	18,3	27%
IR / CS	-	(0,2)	-100%
EBITDA CONTÁBIL	**0,9**	**(18,6)**	**105%**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Ativo

ATIVO				
Em milhões de R$	31/03/26	31/12/25	Δ	Δ %
Caixa e equivalentes de caixa	25,0	101,9	(76,9)	-307%
Contas a receber de clientes	93,1	72,2	20,9	22%
Contratos em garantia	12,9	10,0	2,9	23%
Tributos a recuperar	26,3	22,5	3,8	14%
Despesas antecipadas e demais ativos	1,7	1,5	0,3	14%
Ativos mantidos para venda	5,0	5,0	-	0%
Total do ativo circulante	**164,0**	**213,0**	**(49,0)**	**-30%**
Depósitos judiciais LP	140,3	141,4	(1,1)	-1%
Tributos a recuperar	140,7	136,1	4,6	3%
IR e CS diferidos LP	19,6	19,6	-	0%
Despesas antecipadas e demais ativos LP	1,2	1,4	(0,2)	-20%
Imobilizado	8,0	9,1	(1,1)	-13%
Intangível	641,9	641,9	-	0%
Direito de uso	12,7	13,2	(0,5)	-4%
Total do ativo não circulante	**964,4**	**962,7**	**1,7**	**0%**
TOTAL DO ATIVO	**1.128,4**	**1.175,8**	**(47,3)**	**-4%**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Passivo

PASSIVO E PATRIMÔNIO LíQUIDO				
Em milhões de R$	**31/03/26**	**31/12/25**	**Δ**	**Δ %**
Fornecedores	10,6	18,1	(7,5)	-71%
Salários, encargos sociais e benefícios	207,0	180,1	26,9	13%
Tributos a recolher	173,0	163,2	9,8	6%
Debêntures	16,0	17,3	(1,4)	-9%
Empréstimos e financiamentos	29,9	84,6	(54,7)	-183%
Passivos de arrendamento	9,1	5,2	3,9	43%
Total do passivo circulante	**445,6**	**468,5**	**(22,9)**	**-5%**
Fornecedores LP	33,5	33,3	0,3	1%
Debêntures LP	99,3	97,6	1,7	2%
Empréstimos e financiamentos LP	28,9	31,4	(2,4)	-8%
Provisão para contingências LP	0,3	0,3	-	0%
Passivos de arrendamento LP	7,1	11,7	(4,6)	-66%
Tributos a recolher LP	218,1	213,3	4,8	2%
IRPJ e CSLL diferidos LP	192,7	192,7	-	0%
Partes relacionadas LP	7,5	7,2	0,3	4%
Dividendos a pagar	4,9	4,9	0,0	1%
Total do passivo não circulante	**592,4**	**592,4**	**0,0**	**0%**
Patrimônio líquido	**90,4**	**114,9**	**(24,5)**	**-27%**
TOTAL DO PASSIVO	**1.128,4**	**1.175,8**	**(47,3)**	**-4%**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contato de Relações com Investidores

Diretoria de RI

Rodrigo Santana Canhiçares

Rua Beneditinos, 15/17 - Rio de Janeiro – Brasil, CEP 20081-050

Telefone: (+55 11) 93009-2235

E-mail: ri@contax.com.br

Informações disponíveis no website: www.contaxsa.com.br

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

CONTAX PARTICIPAÇÕES S.A.
"EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

EM 31 DE MARÇO DE 2026
E RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas 3
Balanço patrimonial 6
Demonstração de resultado 8
Demonstração dos resultados abrangentes 9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 10
Demonstração dos fluxos de caixa 11
Demonstração do valor adicionado 12
Notas explicativas da Administração sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas 13
1 Contexto operacional 13
2 Declaração da Administração e base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas 20
3 Principais políticas e práticas contábeis materiais 22
4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras 31
5 Contas a receber de clientes 32
6 Tributos a recuperar 33
7 Despesas antecipadas e demais ativos 33
8 Investimentos em controladas 34
9 Imobilizado (Consolidado) 36
10 Intangível 38
11 Direito de uso 39
12 Fornecedores 40
13 Salários, encargos sociais e benefícios 40
14 Tributos a recolher e parcelamentos fiscais 40
15 Imposto de renda e contribuição social diferido 41
16 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures 43
17 Passivos de arrendamento 46
18 Provisão para riscos e depósitos judiciais 47
19 Transações e saldos com partes relacionadas 48
20 Patrimônio líquido 49
21 Receita operacional líquida 50
22 Custos e despesas por natureza 50
23 Outras (Despesas)/receitas operacionais, líquidas 51
24 Receitas (Despesas) financeiras líquidas 52
25 Resultado por ação 52
26 Ativos Mantidos para Venda 52
27 Informação por segmento 53
28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos 54
29 Cobertura de seguros (não auditado) 57

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Contax Participações S.A. - Em recuperação judicial
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Contax Participações S.A.- Em recuperação judicial ("Contax" ou a "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico "CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária" e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance e revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias ("NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e "ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Limitação de escopo - Recuperabilidade de ágio

Conforme descrito nas notas explicativas de nº 08 e 10 às informações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de março de 2026, a Companhia mantém registrado em seu balanço, ágios gerados sobre a perspectiva de rentabilidade futura de diversas aquisições efetuadas no montante de R$ 395.001 mil (R$ 395.001 mil em 31 de dezembro de 2024) na controladora, e o montante de R$ 640.465 mil (R$ 640.465 mil em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. Devido ao atual estágio de restruturação financeira e tributária da Companhia, a administração está em processo de revisão das premissas utilizadas para conclusão do estudo de recuperabilidade e da documentação suporte sobre estes ativos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de concluir, por meio de procedimentos alternativos de revisão, sobre eventuais ajustes que possam ser requeridos sobre estes saldos em 31 de março de 2026, assim como, nos elementos correspondentes, nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, caso existam.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos advindos do assunto descrito na seção intitulada "base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais - ITR, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 7 de junho de 2022, a Contax e suas subsidiárias ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido") na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100, o qual foi deferido em 15 de junho de 2022.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em consolidação substancial das recuperandas, o qual foi aprovado em 3 de março de 2023, pelos credores na Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente em 4 de abril de 2023.

Porém, em 16 de junho de 2025 a Companhia protocolou, em cumprimento a determinação judicial, o aditamento ao seu Plano de Recuperação Judicial, no qual, em 25 de junho de 2025, o Juíz determinou a suspensão de todos os pagamentos com vencimento a partir dessa data, até deliberação da Assembleia Geral de Credores (AGC) sobre o aditamento, no qual, em 14 de julho de 2025, foi determinada a definição das datas da AGC. Em 14 de novembro de 2025, o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. obtiveram aprovação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial ("Plano") através de Assembleia Geral de Credores.

Em 31 março de 2026, a Companhia ainda apresenta passivo circulante superior total do ativo circulante no montante de R$ 5.205 mil na controladora e R$ 281.603 mil no consolidado, além de prejuízos acumulados de R$ 1.520.180 mil na controladora e no consolidado. Além desses fatores, conforme exposto nas Notas Explicativas de nº 12, 13, 14, 16.1 e 16.2, a Companhia ainda apresenta saldos elevados nas rubricas de fornecedores, salários e encargos sociais, tributos a recolher, parcelamentos previdenciários e sociais, empréstimos, financiamentos e debêntures, que foram renegociados com seus credores, porém, a liquidação ainda está diretamente ligada ao sucesso e execução do plano de recuperação judicial (PRJ).

Essas condições e o fato de a Companhia estar em recuperação judicial indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas no cumprimento do plano homologado. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR - da Companhia, com o objetivo de concluir se elas

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Forvis Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 -Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.forvismazars.com/br

estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico “CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8

Assinado por:
Guilherme Ribao Luz
9557486EF4044...

Guilherme Ribão Luz
Contador SP-293568/O-0 CRC-SP

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contax Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO	Explicativa	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	25.032	24.803
Aplicações Financeiras	4	-	-	-	77.087
Contas a receber de clientes	5.1	-	-	93.073	72.168
Contratos em garantia	5.2	-	-	12.910	9.975
Tributos a recuperar	6	84	70	26.308	22.529
Despesas antecipadas e demais ativos	7	-	-	1.746	1.496
Ativos Mantidos para Venda		-	-	4.962	4.962
Total do ativo circulante		**84**	**71**	**164.031**	**213.020**
		-	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	18	16.555	16.555	140.308	141.422
Tributos a recuperar	6	354	344	140.685	136.165
IRPJ e CSLL diferidos	15	-	-	19.641	19.641
Despesas antecipadas e demais ativos	7	39	-	1.173	1.412
Investimentos em controladas	8.1	102.354	107.007	-	-
Imobilizado	9	-	-	8.005	9.057
Intangível	10	320.636	320.636	641.894	641.894
Direito de uso	11	-	-	12.689	13.214
Total do ativo não circulante		**439.938**	**444.542**	**964.395**	**962.805**
		-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO		**440.022**	**444.613**	**1.128.426**	**1.175.825**

	Controladora	Consolidado

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contax Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	1.705	1.715	10.572	18.090
Salários, encargos sociais e benefícios	13	1.937	1.895	207.009	180.120
Empréstimos e financiamentos	16.2	-	-	29.943	84.628
Debêntures	16.1	-	-	15.963	17.341
Tributos a recolher	14	1.647	1.571	173.016	163.166
Passivos de arrendamento	17	-	-	9.131	5.190
Total do passivo circulante		**5.289**	**5.181**	**445.634**	**468.535**
		-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	1.096	1.089	33.540	33.282
Empréstimos e financiamentos	16.2	1.722	1.710	28.944	31.360
Debêntures	16.1	83.201	81.619	99.253	97.566
Tributos a recolher	14	10.665	10.186	218.112	213.327
IRPJ e CSLL diferidos	15	149.111	149.111	192.696	192.696
Passivos de arrendamento	17	-	-	7.060	11.700
Provisão de contingências	18	-	-	325	325
Partes relacionadas	19	12.769	12.066	7.550	7.250
Dividendos a pagar	20.3	4.912	4.880	4.912	4.880
Obrigações com controladas	8.1	80.857	63.867	-	-
Total do passivo não circulante		**344.333**	**324.528**	**592.392**	**592.386**
		-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO		**349.622**	**329.709**	**1.038.026**	**1.060.921**
		-	-	-	-
Capital social	20	1.419.403	1.419.403	1.419.403	1.419.403
Reserva de capital		555.372	555.372	555.372	555.372
Outros resultados abrangentes		(364.195)	(364.195)	(364.195)	(364.195)
Prejuízo acumulado		(1.520.180)	(1.495.676)	(1.520.180)	(1.495.676)
Total do patrimônio líquido		**90.400**	**114.904**	**90.400**	**114.904**
		-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**440.022**	**444.613**	**1.128.426**	**1.175.825**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contax Participações S.A.

Demonstração dos resultados
Períodos findos em 31 de março de 2026 e dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/03/2026**	**31/03/2025**	**31/03/2026**	**31/03/2025**
Receita operacional líquida	21	**-**	**-**	**120.721**	**109.460**
Custo dos serviços prestados	22.1	**-**	**-**	(97.017)	(99.693)
Resultado operacional bruto		**-**	**-**	**23.704**	**9.767**
		-	-	-	-
Gerais e administrativas	22.2	**(176)**	**(363)**	(22.311)	(29.866)
Outras (Despesas) receitas operacionais, líquidas	23	**(158)**	**400.539**	(2.591)	(3.743)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(21.641)**	**(440.413)**	-	-
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras		**(21.975)**	**(40.237)**	**(1.198)**	**(23.842)**
		-	-	-	-
Receitas financeiras	24.1	1	-	185	3.226
Despesas financeiras	24.2	(2.530)	(1.680)	(23.491)	(21.511)
		(2.529)	**(1.680)**	**(23.306)**	**(18.285)**
		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**(24.504)**	**(41.917)**	**(24.504)**	**(42.127)**
Imposto de renda e contribuição social – diferido	15	**-**	**-**	-	210
Lucro (Prejuízo) do exercício		**(24.504)**	**(41.917)**	**(24.504)**	**(41.917)**
		-		-	
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária (em Reais):					
Básico	25	(0,9174)	(1,5693)	(0,9174)	(1,5693)
Diluído		(0,9174)	(1,5693)	(0,9174)	(1,5693)

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contax Participações S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Lucro (Prejuízo) do período	(24.504)	(41.917)
Resultado abrangente total do período	**(24.504)**	**(41.917)**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contax Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Reservas de capital	Valor justo	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.419.403**	**(19.450)**	**10.675**	**162.792**	**(364.195)**	**(1.059.956)**	**149.270**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(41.917)	(41.917)
Saldo em 31 de março de 2025	**1.419.403**	**(19.450)**	**10.675**	**162.792**	**(364.195)**	**(1.101.873)**	**107.353**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.419.403**	**(19.450)**	**10.675**	**564.147**	**(364.195)**	**(1.495.676)**	**114.904**
Prejuízo do período						(24.504)	(24.504)
Saldo em 31 de março de 2026	**1.419.403**	**(19.450)**	**10.675**	**564.147**	**(364.195)**	**(1.520.180)**	**90.400**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contax Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(24.504)**	**(41.917)**	**(24.504)**	**(41.917)**
Ajustes ao prejuízo:				
Depreciação e amortização	-	-	1.577	5.223
Resultado de equivalência patrimonial	21.641	440.413	-	-
Perdas estimadas com créditos liquidação duvidosa - PECLD	-	-	1.548	-
Imposto de renda e contribuição sócia, diferidos	-	-	-	(209)
Juros e variação monetária, líquidos	-	93	3.113	16.576
Baixa de arrendamentos	-	-	-	(211)
Impactos perdão de dívida	-	(400.836)	-	-
Atualização passivos fiscais	840	-	14.298	-
Atualização monetária recuperação judicial	1.637	1.436	2.565	2.283
Prejuízo ajustado	**(386)**	**(811)**	**(220)**	**(18.136)**
Variações no capital circulante e não circulante:				
Contas a receber de clientes	-	-	(22.453)	(7.712)
Garantias Contratuais	-	-	(2.935)	(2.011)
Tributos a recuperar	(24)	(67)	(8.299)	(1.915)
Despesas antecipadas e demais ativos	(39)	129	(11)	577
Depósitos judiciais	-	-	1.114	-
Fornecedores	(10)	790	(7.522)	(293)
Pessoais e encargos sociais a pagar	(38)	(7)	26.708	25.638
Tributos e parcelamentos a pagar	(285)	(35)	293	3.058
Outros passivos	34	-	37	1
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(672)**	**(1)**	**(13.948)**	**(793)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.861	(397)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(5.951)	6.722
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(55.871)	(4.716)
Amortização de debêntures	-	-	(1.709)	-
Pagamento de arrendamento mercantil direito de uso	-	-	(1.531)	(671)
Mútuo com partes relacionadas	671	-	291	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**671**	**-**	**(62.910)**	**938**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**(1)**	**(76.858)**	**145**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	101.890	68.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-	25.032	68.576
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**(1)**	**(76.858)**	**145**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Contax Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	**31/03/25**	**31/03/26**	**31/03/25**
Receitas				
Prestação de Serviços	-	-	131.487	120.077
Reversão (Provisão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.548)	-
Outras receitas	-	-	-	-
	-	-	129.939	120.077
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos e serviços prestados	-	-	(15.912)	(10.845)
Materiais e serviços de terceiros	(332)	(1.177)	(10.655)	(12.260)
Outros	-	-	(358)	(73)
	(332)	(1.177)	(26.925)	(23.178)
Valor adicionado bruto	(332)	(1.177)	103.014	96.899
Depreciação e amortização	-	-	(2.129)	(5.224)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(332)	(1.177)	100.885	91.675
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(21.641)	(440.413)	-	-
Receitas financeiras	-	-	184	3.083
Valor adicionado total a distribuir	**(21.973)**	**(441.590)**	**101.069**	**94.758**
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	76.180	81.105
Benefícios	-	-	11.833	14.838
FGTS	-	-	5.647	6.785
Impostos, taxas e contribuições	-			
Federais	580	(401.354)	19.568	8.319
Estadual	-	-	9	1
Municipais	2	-	3.501	3.492
Remuneração de capitais de terceiros	-			
Juros e variações monetárias	1.949	1.681	8.288	21.369
Aluguéis	-	-	547	766
Remuneração de capitais próprios	-			
(Prejuízo) do exercício	(24.504)	(41.917)	(24.504)	(41.917)
Lucros retidos / Constituição de reservas				
Valor adicionado distribuído	**(21.973)**	**(441.590)**	**101.069**	**94.758**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

1 Contexto operacional

A Contax Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, anteriormente denominada Atma Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto listada na Bolsa de Valores do Brasil ("B3"), classificada na categoria Seguimento Básico de Governança Corporativa, com ações negociadas sob o código CTAX3. A sede social da Companhia está localizada na Rua Beneditinos, n° 15/17, cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Contax Participações S.A. - Em Recuperação Judicial, (descrita adiante como "Contax", "controladora" ou "Companhia") é a empresa holding de prestação de serviços nas áreas de (i) Manutenção Industrial e *Facilities*, (ii) Atendimento a Clientes (*contact center e trade marketing*) e (iii) Tecnologia da Informação.

Em 31 de março de 2026 a Companhia contava com aproximadamente 9.330 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil.

O quadro a seguir apresenta as participações societárias da Companhia nas suas controladas direta e indiretas para os períodos de 31 de março de 2026 e dezembro 2025:

	% Participação direta ou indireta	
	31/03/2026	**31/12/2025**
Contax S.A.	**100%**	**100%**
Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda. (a)	100%	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	**100%**	**100%**
Solvian Tecnologia e Integração Ltda	**100%**	**100%**
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Ltda	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Ltda	100%	100%
ATMA Administração Financeira Ltda.	**100%**	**100%**

Em 31 de março de 2026 a Companhia, para o cenário de curto prazo, segue com foco na melhoria de rentabilidade de suas operações através de: (1) composição de carteira de clientes e serviços de maior retorno para a Companhia; (2) otimização de custos diretos e indiretos; e (3) otimização de sua estrutura de despesas gerais e mão de obra indireta. No que se refere aos resultados financeiros, a Companhia seguirá trabalhando de forma conjunta com seus credores e investidores para promover o ajuste em sua estrutura de capital.

1.1 Incerteza relevante sobre continuidade operacional

A Administração considera que a situação patrimonial e financeira é um assunto relevante no contexto das demonstrações financeiras do Grupo Contax.

Em 31 de março de 2026 a Companhia acumula um prejuízo de R$ 24.504 e um prejuízo de (R$ 41.917 em 31 de março de 2025), capital circulante líquido (CCL) negativo de R$ 5.205 (R$ 3.522 em 31 de dezembro de 2025) na controladora e R$ 281.603 (R$ 225.057 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado.

Adicionalmente, em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou um prejuízo acumulado de R$ 1.520.180 (R$ 1.495.676 em 31 de dezembro de 2025).

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

A prerrogativa de continuidade dos negócios utilizada pela Companhia para elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas depende do sucesso de execução dos planos abaixo:

Recuperação Judicial

O procedimento de recuperação judicial é o instrumento jurídico que, ao lado do plano de recuperação extrajudicial homologado em 2020, permite o equacionamento da estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo Contax, viabilizando o cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo seus serviços para todos os segmentos de mercado em que atua. As atividades continuam sendo desempenhadas prontamente e toda a força de trabalho manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

A Companhia entende que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial viabilizará a conclusão do projeto de reestruturação do Grupo Contax e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

Em 07 de junho de 2022, a Companhia e suas subsidiárias Contax S.A., Elfe Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100.

Em 09 de junho de 2022 foi deferida a antecipação dos efeitos do “stay period”, determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 15 de junho de 2022 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa Capital Administradora Judicial Ltda., representada pelo Sr. Luís Claudio Montoro Mendes. Em 02 de agosto de 2022 foi disponibilizado no diário de justiça eletrônico o edital de convocação dos credores contendo, o resumo do pedido e da decisão de processamento, a disponibilização da relação nominal de credores e o início do prazo para apresentação e processamento das habilitações e divergências dos créditos. Em 17 de agosto de 2022 foi encerrado o prazo para apresentação das divergências, na fase administrativa.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

1ª Classe - Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
2ª Classe - Não se aplica;
3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e
4ª Classe - Fornecedores ME e EPP.

Em 03 de março de 2023, o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. obtiveram aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) através de Assembleia Geral de Credores.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Em 04 de abril de 2023 o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A, ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. vem informar que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão que teve por objeto a homologação do Plano de Recuperação Judicial (Plano).

Em 22 de março de 2024 a Companhia em cumprimento ao seu Plano de recuperação judicial homologado em 04 de abril de 2023 deu início ao pagamento dos Credores da Classe I que já se habilitaram.

O Plano com mais de 39 mil credores cujos créditos somam o valor de face de 1,4 bilhão de reais.

A aprovação foi obtida com o voto de 68,8% dos detentores de créditos presentes à Assembleia.

Com a homologação do Plano, a Companhia concluiu o processo de reestruturação do seu passivo financeiro e operacional.

Aditamento do Plano

Em 16 de junho de 2025, a Companhia protocolou, perante o Juízo, aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado em abril de 2023, em cumprimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 2.163.486/SP.

Essa decisão declarou nulas as cláusulas do plano anterior que impunham deságio e postergação de pagamento para créditos trabalhistas cujo valor excedesse 150 salários-mínimos, determinando o enquadramento integral desses créditos na Classe 1 – Trabalhistas, nos termos do art. 54 da Lei nº 11.101/2005.

O aditamento prevê:

- Reclassificação de aproximadamente R$ 40 milhões da Classe 3 (Quirografários) para a Classe 1 (Trabalhistas);
- Pagamento dos créditos trabalhistas até 150 salários-mínimos com deságio de 85%, em até 12 meses da homologação;
- Ajustes no cronograma de pagamentos da Classe 3, mantendo opções de pagamento escalonado;

Em 25 de junho de 2025, o Juízo determinou a suspensão de todos os pagamentos do plano vigente a partir de junho/2025 até deliberação da Assembleia Geral de Credores (AGC) sobre o aditamento.

Em 14 de novembro de 2025, o Grupo Contax e suas subsidiárias Contax S.A., ELFE Operação e Manutenção S.A., Solvian Tecnologia e Integração EIRELI, Solviantech Desenvolvimento de Sistemas EIRELI, Metalfort Manutenção Comercio e Serviços EIRELI e ATMA Administração Financeira Ltda. obtiveram aprovação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) através de Assembleia Geral de Credores.

O Plano contempla mais de 39 mil credores e créditos cujos valor de face somam 1,4 bilhão de reais. A aprovação foi obtida com o voto de 86,5% dos detentores de créditos presentes à Assembleia Geral de Credores.

Após a homologação do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, que produz os efeitos legais aplicáveis e está prevista para ocorrer no segundo trimestre de 2026, a companhia irá refletir nas demonstrações financeiras os efeitos contábeis.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Os efeitos contábeis do aditamento – incluindo a reclassificação dos passivos, atualização das provisões e eventuais impactos no fluxo de caixa – serão reconhecidos somente após a homologação judicial da deliberação da AGC ocorrida em 14 de novembro de 2025.

Até esta data, os passivos permanecem contabilizados conforme o plano original homologado em abril de 2023, uma vez que a homologação ainda não ocorreu.

A seguir, descrevemos as principais cláusulas do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) vigente, por classe, com os respectivos cronogramas de pagamento e índices de correção monetária:

Créditos Trabalhistas

Os Credores Trabalhistas poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Trabalhistas, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção detalhado na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu crédito ou R$ 500,00 (quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos Trabalhistas - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Trabalhistas - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Os Credores Trabalhistas que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Trabalhistas reestruturados e pagos da seguinte forma (“Créditos Trabalhistas - Opção B”):

Credores Trabalhistas com Créditos de até 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus ao recebimento do valor correspondente a 15% (quinze por cento) do seu Crédito Trabalhista em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12o (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

Credores Trabalhistas com Créditos de valor superior a 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos. O Credor Trabalhista fará jus a:

(i) ***parcela inicial****:* correspondente a 15% (quinze por cento) de 150 (cento e cinquenta) Salários-Mínimos, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 12o (décimo segundo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente.

(ii) ***parcela remanescente***: o valor do Crédito Trabalhista que sobejar 150 Salários-Mínimos será reestruturado e pago de acordo com as condições previstas para os Créditos Quirografários Não Financeiros, nos termos das Cláusulas 3.3.1 ou 3.3.2 do PRJ, conforme aplicável.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Correção e Juros remuneratórios

Os Créditos Trabalhistas quitados de acordo com os termos constantes da Cláusula 3.1.2.1(i) do PRJ serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos Quirografários

Créditos Quirografários Não Financeiros. Os Credores Quirografários Não Financeiros poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos Quirografários Não Financeiros, de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 do PRJ.

Opção A. Os Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite do seu Crédito Quirografário Não Financeiro ou R$ 10.000,00 (dez mil reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores Quirografários Não Financeiros que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos Quirografários Não Financeiros reestruturados e integralmente pagos em recursos monetários nacionais, em dinheiro, nos termos desta Cláusula (“Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B”).

Vencimento. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B terão vencimento no 19º (décimo nono) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Parcela	Vencimento	Valor Amortizado dos Créditos Quirografários Não Financeiros - Opção B
1ª	3º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	1%
2ª	4º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	2%
3ª	5º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	3%
4ª	6º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	4%
5ª	19º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano	Saldo remanescente

Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo observarão as regras de amortização de principal e juros remuneratórios previstas nesta Cláusula.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Vencimento

Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo terão vencimento no 6º (sexto) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano.

Juros Remuneratórios

Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo renderão juros correspondentes à variação da Taxa DI, acrescido de sobretaxa de 1,25% a.a., desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento ("Remuneração Créditos Quirografários Financeiros de Curto Prazo").

Data de Pagamento de Juros Remuneratórios. Os juros remuneratórios objeto da Cláusula acima incidentes desde a Data do Pedido até o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano serão capitalizados. Os juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor dos Créditos Quirografários de Vencimento de Curto Prazo após o 2º Aniversário da Data de Homologação Judicial serão pagos a partir do pagamento da 2ª (segunda) parcela (inclusive) e nas datas de amortização do principal indicadas no cronograma da Cláusula abaixo, item (ii) juntamente com a parcela de amortização do principal.

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Curto Prazo serão amortizados em 17 (dezessete) parcelas, sendo que:

(i) a 1ª (primeira) parcela consistirá na distribuição pro rata de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) de forma proporcional ao valor de cada Crédito Quirografário Financeiro de Vencimento de Curto Prazo, a ser paga no último Dia Útil do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente; e

(ii) as demais parcelas serão pagas trimestralmente, a partir do 2º (segundo) Aniversário da Data de Homologação Judicial do Plano, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano e a última na data de vencimento prevista na Cláusula 3.3.3.1, de acordo com a seguinte regra:

Parcelas	Percentual de Amortização do saldo dos Créditos
2ª à 5ª	2,5%
6ª à 9ª	5,0%
10ª à 13ª	7,5%
14ª à 16ª	10,0%
17ª	Saldo remanescente

Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo. Os Credores Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo observarão as regras de amortização de principal, juros e atualização monetária previstas nesta Cláusula.

Vencimento. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo terão vencimento em 31 de dezembro de 2038.

Juros Remuneratórios. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo renderão juros correspondentes a variação da TR, acrescido de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), capitalizados desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento, em 31 de dezembro de 2038.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Cronograma de Amortização do Principal. Os Créditos Quirografários Financeiros de Vencimento de Longo Prazo serão amortizados em parcela única, devida em 31 de dezembro de 2038.

Créditos ME/EPP

Os Credores ME/EPP poderão eleger a forma de pagamento de seus Créditos ME/EPP de acordo com uma das opções descritas nas Cláusulas abaixo, e desde que observado o procedimento para Exercício de Opção descrito na Cláusula 4.1 abaixo.

Opção A. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção A terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, até o limite de seu Crédito ME/EPP ou R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), o que for menor, em dinheiro, em parcela única, devida até no último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos ME/EPP - Opção A”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção A serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Opção B. Credores ME/EPP que validamente elegerem a presente opção B terão seus Créditos ME/EPP reestruturados e pagos em recursos monetários nacionais, em valor equivalente a 10% (dez por cento) do montante integral do Crédito ME/EPP, em dinheiro, em parcela única, devida até o último Dia Útil do 24º (vigésimo quarto) mês contados da Data de Homologação Judicial do Plano, sendo certo que, para fins desta Cláusula, cada mês iniciar-se-á no dia do mês em que ocorrer a Data de Homologação Judicial do Plano e terminará no mesmo dia do mês subsequente (“Créditos ME/EPP - Opção B”).

Correção e Juros remuneratórios. Os Créditos ME/EPP - Opção B serão corrigidos e atualizados de acordo com a TR, acrescida de sobretaxa de 1% a.a. (um por cento ao ano), desde a Data do Pedido até a data do efetivo pagamento.

Créditos ME/EPP Retardatários e Opção Padrão de Pagamento. Os Credores ME/EPP que não validamente realizarem a Eleição de Opção de Pagamento e os Credores ME/EPP que sejam Credores Retardatários serão reestruturados e pagos necessariamente nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B, tendo direito a receber apenas os pagamentos de juros, correção monetária e de principal realizados nos termos da opção Créditos ME/EPP - Opção B que vencerem após 30 Dias Corridos contados do recebimento pelas Recuperandas de notificação enviada pelo Credor ME/EPP, nos termos da Cláusula 9.3, comunicando (a) a publicação da decisão que determinar a inclusão do referido Crédito ME/EPP na Lista de Credores; ou (b) havendo recurso processado com efeito suspensivo contra a referida decisão, a publicação da decisão monocrática ou colegiada que julgar o recurso em definitivo.

Com a homologação e execução do plano de recuperação judicial a Contax vem reestruturando seu portfólio de novos Clientes para 2025, buscando principalmente melhores margens e aumento de Receita.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

2 Declaração da Administração e base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e são comparativas para os períodos findos em 31 de março de 2026, 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2025. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com os procedimentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), estando totalmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB).

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes informações financeiras individuais e consolidadas em 15 de maio de 2026 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até a referida data.

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas que envolvem incertezas:

(a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido, como regra geral, através do preço de cotação em mercados ativos. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido através de mercados ativos, seu valor é determinado com base em técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas avaliações se baseiam naqueles praticados no mercado, ou, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota 18). Provisões para riscos dessa natureza são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos sejam requeridos para liquidar a obrigação, bem como uma estimativa do valor possa ser feita com relativa segurança.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Na avaliação de probabilidade é utilizado o conjunto de evidências disponível a ser aplicado aos processos, dentre os quais a hierarquia das leis, as jurisprudências atualizadas, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros devem ser avaliados periodicamente ou caso existam indícios de redução do seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, deduzido os custos de venda, e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível (i) à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados, e (ii) à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”) são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL, podendo ocorrer a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real apurados.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Os ativos e passivos de IRPJ e CSLL diferidos são classificados como não circulantes. A análise é feita individualmente por controlada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e elas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na proporção das projeções de lucro tributável futuro e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Em 31 de março de 2026 a Companhia mantém ativos diferidos de prejuízos fiscais no montante de R$ 19.641 mil. (NE nº 15), nos quais serão compensados na transação junto a PGFN em 2025, prevista para o primeiro semestre de 2026.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

(e) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - *PECLD*

A perda estimada de liquidação duvidosa é mensurada a um valor igual a perda de crédito esperada para as contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com as contas a receber.

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se as contas a receber estão com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira

3 Principais políticas e práticas contábeis materiais

3.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem suas controladas de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre as empresas que estão no perímetro de consolidação foram eliminados, bem como eventuais lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, estará destacada. As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

O quadro a seguir apresenta a relação de empresas controladas direta ou indiretamente pela Contax para os exercícios de 2026 e 2025:

	% Participação direta ou indireta	
	31/03/2026	**31/12/2025**
Controladas diretas		
Contax S.A.	100%	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	100%
Atma Administração Financeira Ltda.	100%	100%
Controladas indiretas		
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	100%
Youtility Center do Brasil Serviços de Informática e Telemarketing Ltda.	100%	100%

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

3.2 Classificação de ativos e passivos

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal (até 12 meses);
- For mantido principalmente para negociação; ou
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3 Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia.

3.4 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou qualquer ajuste.

3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- **Ativos financeiros ao custo amortizado** (instrumentos de dívida): para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

Desconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

- Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivo Financeiro - reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

como o desconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.6 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução dessas tecnologias, podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de recuperabilidade através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

3.7 Ativo intangível

Os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, seja individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

3.8 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.9 Investimentos

Aplicação do método da Equivalência Patrimonial

A entidade com o controle conjunto, ou com influência significativa sobre uma investida, deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do investidor.

Se o investidor mantém direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Por outro lado, se o investidor detém, direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. A propriedade substancial ou majoritária da investida por outro investidor não necessariamente impede que um investidor tenha influência significativa sobre ela. A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no conselho de administração ou na diretoria da investida

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

- participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;

- operações materiais entre o investidor e a investida;

- intercâmbio de diretores ou gerentes;

fornecimento de informação técnica essencial. Aplica-se o método de equivalência patrimonial para sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas. Demais investimentos são mantidos ao valor justo ou custo.

Transações entre controladas

Os saldos e ganhos não realizados em transações com controladas, são eliminados proporcionalmente a participação da controladora na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (impairment). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, se aplicável, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social.

A data base das informações contábeis intermediarias das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia

Transações e saldos em moedas estrangeiras

São convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os adiantamentos realizados em moedas estrangeiras são registrados pela taxa de câmbio da data que a entidade efetua os pagamentos ou recebimentos antecipados, reconhece (data de transação) como ativo não monetário ou passivo não monetário.

Teste de impairment fair-value

Os investimentos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Combinações de negócio

São registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

3.10 Receita de vendas

As receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) - "Receita com Contratos de Clientes", que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

Os custos incrementais com a implantação de novas operações são ativados e reconhecidos no resultado pelo prazo inicial de cada novo contrato.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos.

Os serviços são faturados e/ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:
Serviços de atendimento, divididos entre:

(i) Telemarketing: receita auferida com base em tempo de conversação e/ou preço fixo por posição de atendimento ("PAs") disponibilizada ao cliente e/ou por preço variável com base em metas acordadas com os clientes;

(ii) *Trade marketing*: receita reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV) e demais serviços de marketing e apoio ao negócio;

- Serviços de manutenção industrial e *facilities*: receita auferida com base no nível de serviço prestado e/ou preço fixo mensal.

3.11 Tributos sobre a receita

As receitas das controladas da Companhia estão sujeitas principalmente aos seguintes tributos e alíquotas:

- PIS/COFINS: incidem sobre o faturamento bruto às alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,00% para a COFINS;
- ISS: tributo de natureza municipal que incide sobre o faturamento bruto às alíquotas de 2% a 5% de acordo com a localidade onde o serviço é prestado;
- CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta): incidência de 2,5% a 3,6% sobre a receita bruta em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados.

3.12 Custos e despesas

Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência e estão representados principalmente por gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

3.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os ganhos sobre montantes investidos em ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros. As despesas financeiras compreendem juros e atualização monetária de passivos financeiros.

3.14 Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo do lucro ou prejuízo básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

3.15 Demonstração do valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 199.

3.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025.

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 as alterações à IAS 21, que abordam a falta de permutabilidade (exchangeability) de moedas estrangeiras. Essas alterações fornecem orientações sobre como determinar a taxa de câmbio quando não há permutabilidade entre duas moedas, exigindo divulgação adicional sobre a natureza e os riscos associados a essas situações.

- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 – CPC 32 e CPC 48 Aprovada pela Resolução CVM nº 213, a Revisão nº 27 introduz alterações redacionais nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, visando alinhar o texto desses pronunciamentos às normas internacionais correspondentes.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

- OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissão e Créditos de Descarbonização Instituída por meio da Resolução CVM nº 223, publicada em 16 de dezembro de 2024, a Orientação OCPC 10 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo obrigatória para companhias abertas.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Essa orientação estabelece o tratamento contábil aplicável aos créditos de carbono, permissões de emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIOs), abordando aspectos relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação desses instrumentos. Sua aplicação é obrigatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Essa alteração não teve impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

- **Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – CPC 51** - aprovada em 2025, a Revisão nº 28 atualizou o CPC 51 em linha com a futura adoção da IFRS 18, trazendo ajustes de redação e referências normativas sobre apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.

3.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2026

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026 são:

IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, no curto, médio e longo prazo, que possam afetar os fluxos de caixa, o acesso a financiamento e o custo de capital da entidade. A Companhia utilizará o alívio de adoção inicial previsto no Apêndice C da CBPS 01 – Disposições Transitórias e divulgará as informações em conformidade com a norma a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027.

IFRS S2/CBPS 02 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima e que impactam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. O principal impacto previsto para tal adoção é a conexão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima já divulgados ao mercado por meio de outros relatórios com as demonstrações financeiras e suas respectivas projeções. A adoção datará do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2026, e a Companhia encontra-se em estágio intermediário de implementação do referido pronunciamento.

Não foram identificados outros impactos que não os acima mencionados no que tange o reconhecimento, mensuração e divulgação contábeis da Companhia na data-base e nos exercícios subsequentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**
Saldos bancários	5.204	16.981
Aplicações financeiras – liquidez imediata	19.828	7.822
Caixa e equivalentes de caixa	**25.032**	**24.803**
Aplicações financeiras (a)	-	77.087
Aplicações financeiras		**77.087**
	25.032	**101.890**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

A Companhia tem como política a alocação de disponibilidades de curto prazo em aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são concentradas em instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média no ano foi de 100% do CDI.

(a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios com liquidez entre 60 e 90 dias.

5 Contas a receber de clientes

5.1 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**
Contas a receber	96.290	73.837
(-) Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3.217)	(1.669)
	93.073	**72.168**

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**
A faturar	70.864	52.193
A vencer	6.079	9.250
Até 30 dias	4.400	3.829
Vencidos de 31 a 60 dias	2.882	2.232
Vencidos de 61 a 90 dias	250	1.544
Vencidos de 91 a 180 dias	7.466	2.112
Vencidos acima de 180 dias	4.349	2.677
(-) Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(3.217)	(1.669)
	93.073	**72.168**

A movimentação das perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.669**
Constituição de PECLD	1.548
Saldo em 31 de março de 2026	**3.217**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

5.2 Contratos em garantia

O saldo apresentado refere-se a valores vinculados a garantias contratuais decorrentes de contratos de prestação de serviços firmados com o cliente Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Caixa Econômica Federal, por meio das controladas Elfe e Contax, respectivamente. Em 31 de março de 2026, os montantes retidos totalizam R$ 920 para a Elfe (R$ 831 em 31 dezembro de 2025) e R$ 11.990 para a Contax (R$ 9.144 em 31 dezembro de 2025), totalizando R$ 12.910 em 31 de março de 2026.

O saldo da Contax refere-se a retenções de 22,5% da folha mensal, ajustado conforme férias e rescisões realizadas, no contrato junto à Caixa Econômica Federal. Essas retenções têm como finalidade garantir o cumprimento das obrigações contratuais e estão sujeitas à atualização monetária, conforme previsto nos respectivos contratos. Os valores serão restituídos integralmente à Companhia ao término dos contratos, desde que todas as obrigações assumidas tenham sido devidamente cumpridas.

6 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**
IRPJ/CSLL a recuperar	33.539	26.125
PIS/COFINS a recuperar	39.574	38.125
INSS a recuperar	72.559	70.241
ISS a recuperar	15.109	14.655
Outros impostos	6.212	9.548
	166.993	**158.694**
Circulante	26.308	22.529
Não circulante	140.685	136.165

Em 31 de março de 2026, o Grupo Contax apresentou impostos a recuperar no ativo circulante e não circulante totalizando o montante de R$ 166.993, constituídos principalmente por créditos fiscais recuperáveis e retenções em impostos sobre serviços. Esses saldos são resultado das atividades diversificadas do grupo nos setores de CRM cobrança, promoção de vendas, óleo e gás, entre outros, e são administrados conforme as normas tributárias vigentes, visando sua realização no curto e longo prazo. A realização dos saldos ocorrerá através de compensações fiscais nas apurações mensais ou mediante restituições e ressarcimentos, conforme permitido pela legislação tributária, garantindo a eficiência fiscal e financeira do grupo.

7 Despesas antecipadas e demais ativos

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**
Despesas antecipadas (a)	2.919	2.908
	2.919	**2.908**
Circulante	1.746	1.496
Não circulante	1.173	1.412

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

(a) As despesas antecipadas referem-se, substancialmente, a valores pagos antecipadamente pela Companhia e suas controladas, que serão apropriados ao resultado conforme o decurso do tempo ou a prestação dos serviços contratados. Em 31 de março de 2026, o saldo de despesas antecipadas totalizava R$ 2.919 (R$ 2.908 mil em 31 de dezembro de 2025), sendo composto por gastos com implantação de novos contratos no montante de R$ 2.543 e seguros garantia no montante de R$ 376.

8 Investimentos em controladas

8.1 Movimentação dos investimentos

Controladora	% Part.	31/12/2025	Resultado de equivalência patrimonial	31/03/2026
Ágio Investimento				
Contax		**74.365**		**74.365**
Investimento				
Elfe Manutenção	100%	28.739	(4.541)	24.198
Contax	100%	(55.871)	(16.305)	(72.176)
Atma financeira	100%	(7.996)	(684)	(8.682)
Solvian Tecnologia	100%	3.903	(111)	3.792
		43.140	**(21.641)**	**21.497**
Investimento		**107.007**		**102.354**
Obrigações com controladas		**(63.867)**		**(80.857)**

Controladora	% Part.	31/12/2024	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025
Ágio Investimento				
Contax		**74.365**		**74.365**
Investimento				
Elfe Manutenção	100%	157.836	(129.097)	28.739
Contax	100%	253.799	(309.670)	(55.871)
Atma financeira	100%	(9.707)	1.709	(7.998)
Solvian Tecnologia	100%	(9.560)	13.463	3.903
		466.733	**(423.595)**	**43.138**
Investimento		**486.000**		**107.007**
Obrigações com controladas		**(19.267)**		**(63.869)**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

8.2 Informações financeiras resumidas das controladas diretas:

	31/03/2026			
	Contax	**Elfe**	**Solvian**	**Atma financeira**
Ativo circulante	125.906	18.931	-	9.141
Ativo não circulante	1.035.666	114.306	35.288	372.070
Passivo circulante	5.289	51.212	646	2.841
Passivo não circulante	344.334	57.827	2.206	387.050
Patrimônio líquido	90.399	24.198	32.437	(8.681)
Receita líquida	103.945	5.565	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	(16.305)	(4.541)	(111)	(684)

	31/12/2025			
	Contax	**Elfe**	**Solvian**	**Atma financeira**
Ativo circulante	106.352	86.498	-	3.115
Ativo não circulante	939.399	41.927	7.183	293.901
Passivo circulante	382.141	53.233	646	6.140
Passivo não circulante	719.481	43.534	2.635	298.872
Patrimônio líquido	(55.871)	31.657	3.903	(7.997)
Receita líquida	353.790	21.772	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	68.708	11.948	-	-

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

9 Imobilizado (Consolidado)

	Consolidado 31/03/2026			
	Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.902)	-
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(47.098)	1.146
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(48.066)	340
Máquinas e equipamentos	11,11%	45.702	(41.370)	4.332
Informática	25,00%	485.957	(485.710)	247
Veículos	20,00%	1.325	(1.325)	-
Móveis e utensílios	11,11%	167.207	(166.778)	429
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	313.002	(311.491)	1.511
Imobilizado		**1.135.745**	**(1.127.740)**	**8.005**

	Consolidado 31/12/2025			
	Taxa média ponderada a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de transmissão	20,00%	25.902	(25.902)	-
Equipamentos de energia	6,67%	48.244	(46.880)	1.364
Equipamentos de climatização	7,69%	48.406	(47.839)	567
Máquinas e equipamentos	11,11%	45.702	(40.946)	4.756
Informática	25,00%	485.957	(485.676)	281
Veículos	20,00%	1.325	(1.325)	-
Móveis e utensílios	11,11%	167.207	(166.678)	529
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	313.002	(311.442)	1.560
Imobilizado		**1.135.745**	**(1.126.688)**	**9.057**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Custo	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2025	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	31/03/2026
Equipamentos de energia	6,67%	1.364	-	-	(.218)	1.146
Equipamentos de climatização	7,69%	567	-	-	(.227)	340
Máquinas e equipamentos	11,11%	4.756	-	-	(.424)	4.332
Informática	25,00%	281	-	-	(.34)	247
Móveis e utensílios	11,11%	529	-	-	(.100)	429
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	1.560	-	-	(.49)	1.511
Custo Total Imobilizado		**9.057**	**-**	**-**	**(1.052)**	**8.005**

Custo	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2024	Adições	Baixas / Transferências	Depreciação	31/12/2025
Equipamentos de energia	6,67%	2.240	-	-	(.876)	1.364
Equipamentos de climatização	7,69%	1.487	-	-	(.920)	567
Máquinas e equipamentos	11,11%	7.025	-	-	(2.269)	4.756
Informática	25,00%	285	150	-	(.154)	281
Móveis e utensílios	11,11%	1.385	-	-	(.856)	529
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	2.915	-	-	(1.355)	1.560
Custo Total Imobilizado		**15.337**	**150**	**-**	**(6.430)**	**9.057**

Análise do valor recuperável de ativos

Em 31 de março de 2026 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

10 Intangível

		Controladora				
Custo	**Taxa de amortização (%)**	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/03/2026**
Ágio s/ Investimentos		320.636	-	-	-	320.636
		320.636	**-**	**-**	**-**	**320.636**

		Consolidado				
Amortização acumulada	**Taxa de amortização (%)**	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/03/2026**
Ágio s/ Investimentos		-	-	-	-	-
		-	**-**	**-**	**-**	**320.636**

					Consolidado	
Custo	**Taxa de depreciação (%)**	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/03/2026**
Software	10,00%	644.774	-	-	-	644.774
Ágio s/ Investimentos		640.465	-	-	-	640.465
		1.285.239	**-**	**-**	**-**	**1.285.239**
Amortização Acumulada		**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/03/2026**
Software	10,00%	(643.345)	-	-	-	(643.345)
		(643.345)	**-**	**-**	**-**	**(643.345)**
Total		**641.894**	**-**	**-**	**-**	**641.894**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

11 Direito de uso

(a) Saldos

	Consolidado 31/03/2026		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Edificações	36.554	(23.865)	12.689
Direito de uso líquido			

	Consolidado 31/12/2025		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Edificações	36.002	(22.788)	13.214
Direito de uso Líquido	**36.002**	**(22.788)**	**13.214**

(b) Movimentação

	Consolidado				
	31/12/2025	**Adições**	**Transferências / Baixas (i)**	**Depreciação**	**31/03/2026**
Edificações	13.214	552		(1.077)	12.689
Direito de uso líquido	**13.214**				

	Consolidado				
	31/12/2024	**Adições**	**Transferências / Baixas (i)**	**Depreciação**	**31/12/2025**
Edificações	15.519	6.014	(2.045)	(6.274)	13.214
Direito de uso líquido	**15.519**	**6.014**	**(2.045)**	**(6.274)**	**13.214**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Fornecedores nacionais	2.801	2.804	44.112	51.372
	2.801	**2.804**	**44.112**	**51.372**
Circulante (i)	1.705	1.715	10.572	18.090
Não circulante (ii)	1.096	1.089	33.540	33.282

(i) Contempla principalmente fornecedores de: benefícios a empregados, tecnologia da informação e manutenção de infraestrutura predial.
(ii) O Saldo do longo prazo, refere-se a fornecedores contemplados na recuperação judicial (Classe III).

13 Salários, encargos sociais e benefícios

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**
Salários e honorários	18.912	16.157
Rescisões trabalhistas	33.342	34.911
Provisões de 13º	4.963	-
Provisões de férias	15.128	14.327
Encargos sociais (a)	133.919	114.725
Outros	745	-
	207.009	**180.120**

(a) As Contribuições previdenciárias, apesar de mantidas em provisão, são liquidadas mediante compensação com créditos, igualmente administrados pela RFB, quais sejam, as rubricas do sistema "S", quando estes foram quitados com base de cálculo superior a 20 salários-mínimos.

14 Tributos a recolher e parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
PIS/COFINS	-	-	13.928	17.232
CPRB	-	-	6.404	39.125
ISS	-	-	114.646	109.612
Parcelamentos fiscais (i)	-	-	34.230	32.656
Parcelamentos fiscais PGFN (ii)	12.076	11.534	209.015	146.635
Outros tributos a recolher	236	223	12.905	31.233
	12.312	**11.757**	**391.128**	**376.493**
Circulante	1.647	1.571	173.016	163.166
Não circulante	10.655	10.186	218.112	213.327

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

(i) Os parcelamentos fiscais foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial Leis nº 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e nº 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

(ii) O parcelamento foi consolidado na modalidade transação tributária individual nos termos da lei nº 13.988/2000 regulamentada pela portaria PGFN nº 6757/2022, com as seguintes premissas: renúncia fiscal; amortização com prejuízos fiscais; e o saldo remanescente diluídos em 120 parcelas para os tributos federais e 60 parcelas para as contribuições previdenciárias, com escalonamento nas primeiras 36 parcelas sendo as mesmas atualizadas por SELIC.

O quadro a seguir apresenta o cronograma de pagamento dos parcelamentos fiscais:

	Consolidado
2026	33.078
2027	33.019
2028	33.019
2029 em diante	144.129
Total	**243.245**

15 Imposto de renda e contribuição social diferido

				Consolidado
	31/12/2025	**Adições**	**Baixas**	**31/03/2026**
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal	19.912			19.912
Diferenças temporárias	(271)			(271)
	19.641			**19.641**

				Consolidado
	31/12/2025	**Adições**	**Baixas**	**31/03/2026**
Passivo não circulante				
Diferenças temporárias	192.696			192.696
	192.695			**192.695**

Os ativos e passivos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal.

O saldo consolidado de base prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de março de 2026 é de R$ 3.589.057 (R$ 3.589.057 em 31 de dezembro de 2025).

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

15.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.503)	(34.365)	(24.503)	(30.159)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	-	(11.684)	-	(10.254)
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	24.503	(22.238)	-	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	30.850	24.503	(164.577)
Compensação Prejuízos fiscais	-	3.072	-	170.625
Impostos diferidos (não constituídos s/ prejuízo fiscal)	-	-	-	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**	**-**	**(4.206)**
Corrente	-	-	-	(3.935)
Diferido	-	(16.020)	-	(.271)

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

16 Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

16.1 Debêntures

A composição e movimentação das debêntures pelo valor justo em 31 de março de 2026 está apresentada a seguir:

							Controladora	
Empresa	**Emissão**	**Data de emissão**	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**31/12/2025**	**Atualização Monetária**	**31/03/2026**
Contax Participações (a)	7ª - 1ª série	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	72.856	1.582	74.438
Contax Participações (a)	7ª - 3ª série	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	8.763	-	8.763
					81.619	**1.582**	**83.201**
Circulante					**-**		-
Não circulante					**81.619**		**83.201**

								Consolidado	
Empresa	**Emissão**	**Data de emissão**	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**31/12/2025**	**Amortizações**	**Encargos Financeiros**	**Atualização Monetária**	**31/03/2026**
Contax Participações (a)	7ª - 1ª série	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	72.856	-	-	1.582	74.438
Contax Participações (a)	7ª - 3ª série	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	8763	-	-	-	8.763
Contax S.A.	Crédito do Plano 2025	13/08/2020	11/04/2038	CDI + 1,00%	12.856	-	-	105	12.961
Contax S.A.	Crédito do Plano 2038	13/08/2020	11/04/2038	TR + 1,00%	3.091	-	-	-	3.091
Elfe S.A.	2ª - 1ª série	04/10/2018	29/06/2026	IPCA +12%	1.667	(1.677)	-	-	-
Elfe S.A.	2ª - 2ª série	30/06/2021	29/06/2026	IPCA +12%	15674	(42)	331	-	15.963
					114.907	**(1.709)**	**331**	**1.687**	**115.216**
Circulante					**17.341**				**15.963**
Não circulante					**97.566**				**99.253**

Os saldos de debêntures foram considerados no processo de recuperação judicial e, portanto, não possuem *Covenants*.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

16.2 Empréstimos e financiamentos

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2026 está apresentada a seguir:

									Consolidado
	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	Captações	Amortizações Principal	Amortizações - Juros	Encargos financeiros	Atualização Monetária	31/03/2026
ATMA									
Bancos - RJ	2038		1.710	-	-	-	-	12	1.722
CONTAX									
FIDC	2029	10,70% a.a.	54.920	377	(51.035)	(4.322)	437	-	377
Lex Recovery	2029	10,70% a.a.	20.579	-	(1.500)	(1.629)	1.251	-	18.701
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	12.824	-		-	-	378	13.202
ELFE									
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	3.851	-	-	-	-	-	**3.851**
ATMF									
Conta Garantida (a)	2026		6.500		(2.810)		-		**3.690**
FIDC	2025	3,22% a.m.	2.334	-	(526)		237	-	**2.045**
Bancos - RJ	2038	CDI + 1,25% a.a.	473	-	-	-	-	3	**476**
YOUTILITY									
FIDC	2025	IPCA - 2,00% a.m.	12.799	1.484	-		539	-	**14.822**
			115.990	**1.861**	**(55.871)**	**(5.951)**	**2.464**	**393**	**58.887**
		Circulante	84.628						29.943
		Não circulante	31.360				2.464	393	28.944

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

(a) A Companhia mantém linhas de crédito de curto prazo junto a instituições financeiras. Em 31 de março de 2026, os valores decorrentes da utilização dessas linhas foram classificados no Passivo Circulante.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

Consolidado	31/03/2026
2027	8.269
2028	2.367
2029	-
Acima de 3 anos	18.308
	28.944

17 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais das controladas e foram valorados pelo valor presente das parcelas vincendas. A taxa de desconto vigente utilizada para cálculo do valor presente foi de 17,5% anual em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato. Segue quadro com a movimentação em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	31/03/2026	31/12/2025
Provisão com arrendamentos mercantis	20.312	21.754
Ajuste ao valor presente	(4.121)	(4.864)
	16.191	**16.890**
Passivo circulante	9.131	5.190
Passivo não circulante	7.060	11.700
	16.191	**16.890**

						Consolidado
Objeto do arrendamento	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas**	**Pagamentos**	**Juros incorridos**	**31/03/2026**
Edificações	**16.890**	520		(1.531)	312	**16.191**
Circulante	5.190					9.131
Não Circulante	11.700					7.060

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

Consolidado	31/03/2026
2026	3.748
2027	5.449
2028	4.803
Acima de 4 anos	6.312
Ajuste a valor presente	(4.121)
	16.191

18 Provisão para riscos e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As ações são classificadas conforme a avaliação de probabilidade de perda dos processos entre os riscos de perda “provável”, “possível” ou “remota”. A provisão é registrada para processos com probabilidade de perda provável a qual é determinada pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em âmbito administrativo e judicial. O quadro a seguir apresenta a posição do contencioso e depósitos judiciais por natureza:

	Consolidado					
	Provável com provisão		Possível sem provisão		Depósitos judiciais	
Natureza	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Tributários	-	-	272.655	262.538	(66.916)	(66.916)
Trabalhistas	325	325	31.317	31.317	(71.827)	(72.941)
Cíveis	-	-	149.142	149.142	(1.565)	(1.565)
	325	**325**	**453.114**	**442.997**	**(140.308)**	**(141.422)**

A movimentação de depósitos judiciais em 31 de março de 2026 é demonstrada a seguir:

	Consolidado		
Natureza	**31/12/2025**	**Baixas**	**31/03/2026**
Tributários	66.916	-	66.916
Trabalhistas	72.941	(1.113)	71.828
Cíveis	1.565	-	1.565
Total	**141.422**	**(1.113)**	**140.309**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

18.1 Provisão para perdas prováveis

A movimentação das provisões no período findo em 31 de dezembro de 2025 é demonstrada a seguir:

	Consolidado			
Natureza	**31/12/2025**	**Adições**	**Baixas / Reversões**	**31/03/2026**
Tributários	-	-	-	-
Trabalhistas	325	-	-	325
Cíveis	-	-	-	-
Total	**325**	**-**	**-**	**325**

Principais riscos possíveis

Em novembro de 2021, a controlada Contax S.A. recebeu intimação de valores declarados em GFIP com alíquota RAT de 2% ao invés de 3%, no período incorrido entre jan./17 e dez/17, no valor aproximado de R$ 12 milhões.

Em novembro de 2024, a controlada Elfe recebeu auto de infração lavrado para a exigência do IRPJ e do CSLL recolhido a menor, no período entre jan./21 e dez/21, no valor aproximado de R$ 94 milhões

Em dezembro de 2020, a controlada Elfe recebeu intimação de não homologação de lançamentos efetuados em GFIPs a título de desoneração da folha, em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal (“CPP”) incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20%, no período incorrido entre jan./2016 e jul./2018, no valor aproximado de R$ 65 milhões.

Em agosto de 2023, a controlada Contax S.A. recebeu intimação a regresso de seguro garantia, no valor aproximado de R$ 145 milhões

Até 31 de março de 2026, não houve evolução no cenário apresentado e os processos permanecem classificados como possíveis.

19 Transações e saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Natureza	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Contax S.A.	Mútuo (a)	(6.541)	(6.097)	-	-
Elfe Manutenção	Mútuo (a)	(57)	(57)	-	-
Cotistas FIP Nilai	Mútuo (b)	(6.171)	(5.912)	(6.171)	(5.912)
Cotas no Plano RJ	Mútuo (c)		-	(1.379)	(1.338)
Passivo não circulante		**(12.769)**	**(12.066)**	**(7.550)**	**(7.250)**

(a) Valores relativos ao contrato de mútuo para cobertura dos gastos da Holding, que em 27 de março de 2025 houve deliberação para o perdão de dívida, convertida em AFAC imediatamente;
(b) Saldo referente à (i) contrato de mútuo realizado em 03 de maio de 2019 com a empresa Elfe, com remuneração a 130% do CDI, no valor de R$ 2.900, e (ii) indenização a liquidar no valor de R$ 1.080;
(c) Valores relativos a acionistas no plano de recuperação judicial.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

19.1 Avais concedidos

Em 31 de março de 2026 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

19.2 Remuneração dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores estatutários)

O total da despesa com remuneração e benefícios à Administração é apresentado a seguir para o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Salários/Honorários	760	752
Encargos (INSS)	23	53
Benefícios	29	48
	812	**853**

O valor da remuneração total da Administração foi de R$ 3.248 sendo o montante máximo aprovado de R$ 5.645, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de maio de 2025.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de março de 2025 o capital social da Companhia é de R$ 1.419.403 (R$ 1.419.403 em 31 de dezembro de 2025), dividido em 26.710.356 ações ordinárias (26.710.356 em 31 de dezembro de 2025), escriturais e sem valor nominal.

20.2 Ações – Composição e movimentação

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações e os detentores de ações ordinárias da Companhia com participação relevante em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026		31/12/2025	
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**%**	**Quantidade de ações ordinárias**	**%**
Providence LLC	14.924.585	55,87%	14.924.585	55,87%
Demais acionistas	11.783.567	44,12%	11.783.567	44,12%
Total de ações ordinárias em circulação	**26.708.152**	**99,99**	**26.708.152**	**99,99**
Ações em tesouraria	2.204	0,01	2.204	0,01
Total de ações ordinárias	**26.710.356**	**100%**	**26.710.356**	**100%**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

20.3 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação:

(i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social;

(ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e

(iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à reserva para investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do capital social.

(iv) O novo saldo de dividendos a pagar em 31 de março de 2026 no passivo não circulante no valor de R$ 4.912 (R$ 4.880 em 31 de dezembro de 2025), se refere ao saldo remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e que foram suspensos pela Assembleias Gerais da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de dezembro de 2016 devido à modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração e integram o plano de recuperação judicial homologado.

21 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Receita operacional bruta	**133.018**	**120.477**
Tributos sobre as receitas		
Pis/COFINS	(4.743)	(4.576)
CPRB	(2.522)	(2.276)
ISS	(3.500)	(3.941)
ICMS	-	(5)
Abatimentos da receita	(1.532)	(169)
Receita operacional líquida	**120.721**	**109.460**

22 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta sua demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

22.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Salários, encargos e benefícios	(84.050)	(83.885)
Infraestrutura e serviços	(11.509)	(12.784)
Materiais	(496)	(347)
Depreciação e amortização	(962)	(2.677)
	(97.017)	**(99.693)**

22.2 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	**31/03/2025**	**31/03/2026**	**31/03/2025**
Salários, encargos e benefícios	-	-	(14.043)	(18.838)
Serviços de terceiros	(176)	(363)	(7.096)	(8.479)
Materiais	-	-	(4)	(3)
Depreciação e amortização	-	-	(1.168)	(2.546)
	(176)	**(363)**	**(22.311)**	**(29.866)**

23 Outras (Despesas)/receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	**31/03/2025**	**31/03/2026**	**31/03/2025**
Receitas				
Programa de relacionamento	-	-	2.907	-
Perdão de Dívida	-	401.354	-	-
Outras receitas	-	-	-	(52)
	-	**401.354**	**2.907**	**(52)**
Despesas				
Contingências e multas tributárias (*)	(158)	(815)	(3.449)	(4.023)
PECLD - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.548)	(63)
Perdas do Contas a Receber	-	-	(501)	(163)
Outras	-	-	-	558
	(158)	**(815)**	**(5.497)**	**(3.691)**
	(158)	**400.539**	**(2.591)**	**(3.743)**

(*) Gastos com assessoria advocatícia, e escritório que faz assessoria a Recuperação Judicial.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

24 Receitas (Despesas) financeiras líquidas

24.1 Receitas financeiras

	Consolidado	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	180	2.982
Juros e atualizações sobre outros ativos		-
Descontos obtidos	5	102
Atualização monetária de ativos fiscais	-	142
	185	**3.226**

24.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	**31/03/2025**	**31/03/2026**	**31/03/2025**
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16.1)	-	11	(331)	(996)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16.2)	-	-	(2.470)	(1.305)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 17)	-	-	(312)	(645)
Juros sobre fornecedores	-	-	-	(2.040)
Atualização monetária RJ	(1.637)	(1.436)	(2.565)	(2.283)
Atualização financeira de passivos fiscais	(840)	-	(14.928)	(12.556)
Outras despesas financeiras, líquidas	(53)	(255)	(2.885)	(1.686)
	(2.530)	**(1.680)**	**(23.491)**	**(21.511)**

25 Resultado por ação

	Controladora	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Lucro (Prejuízo) do período	(24.503)	(41.917)
Número médio ponderado de ações		
Básico	26.710.356	26.710.356
Diluído	26.710.356	26.710.356
Lucro (Prejuízo) por ação em Reais:		
Básico	(0,9174)	(1,5693)
Diluído	(0,9174)	(1,5693)

26 Ativos Mantidos para Venda

Em 2024, a empresa realizou a transferência de ativos para a categoria de ativos mantidos para venda, conforme previsto no CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. No entanto, vale destacar que, ao contrário de uma venda, a transferência dos ativos para esta categoria tem o objetivo de utilizá-los como contraprestação para honrar compromissos assumidos pela Contax Participações S.A. e suas subsidiárias, conforme explicado abaixo.

A transferência foi realizada com base no valor contábil dos ativos, que não excede o seu valor justo líquido de custos de venda.

- Comprometimento com o Plano de Contraprestação do Ativo

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Contax Participações S.A. aprovaram a formalização de contratos de contragarantia, com o intuito de resguardar as pessoas físicas e jurídicas que figuram como avalistas de eventuais obrigações decorrentes das operações financeiras realizadas pela Contax Participações S.A. e suas subsidiárias.

Posteriormente, o Conselho de Administração, em reunião, deliberou sobre a formalização desses contratos de contragarantia e expressou a possibilidade de utilizar bens da Contax Participações S.A. e suas subsidiárias como garantia em discussões judiciais nas quais os avalistas figurem no polo passivo.

Assim, a Contax Participações S.A. e suas subsidiárias, com a anuência dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária e dos conselheiros em reunião do Conselho de Administração, optaram por utilizar dois de seus bens do grupo Contax como contraprestação para honrar os compromissos assumidos nos contratos de contragarantia, apresentando-os como garantia nas ações movidas pela Plenitude.

- Bens Utilizados como Contraprestação

Os bens utilizados como contraprestação para os compromissos assumidos nos contratos de contragarantia são:

- Imóvel localizado em São Cristóvão/RJ, de propriedade da Contax (R$ 1.057 mil)
- Imóvel localizado em Mossoró/RN, de propriedade da Metalfort.(R$ 3.905 mil)
- É importante ressaltar que, em 28/08/2024, foi aprovada a alteração do objeto social da Contax e da Metalfort para incluir, entre suas atividades, a compra, venda, administração, arrendamento e comercialização de imóveis próprios.

27 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais; com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atendimento a clientes” e “Manutenção”.

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de março de 2026	**Atendimento a clientes**	**Manutenção**	**Total**
Receitas			
Receita operacional bruta	126.045	6.973	**133.018**
Tributos e deduções sobre as receitas	(10.889)	(1.408)	**(12.296)**
Receita operacional líquida	**115.156**	**5.565**	**120.721**
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(73.990)	(5.413)	(79.403)
Infraestrutura e serviços	(11.457)	(52)	(11.509)
Materiais	(481)	(15)	(496)
Depreciação e amortização	(446)	(516)	(962)
Outros	(4.570)	(77)	(4.647)
Total dos custos	**(90.944)**	**(6.073)**	**(97.017)**
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(13.772)	(271)	(14.044)
Serviços de terceiros	(6.881)	(214)	(7.096)
Materiais	(4)	(1)	(4)
Depreciação e amortização	(1.168)	-	(1.168)
Total das despesas	**(21.824)**	**(487)**	**(22.311)**
Resultado operacional	**2.389**	**(996)**	**1.393**

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de março de 2026	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de março de 2025	**Atendimento a clientes**	**Manutenção**	**Total**
Receitas			
Receita operacional bruta	114.742	5.735	120.477
Tributos e deduções sobre as receitas	(9.886)	(1.131)	(11.017)
Receita operacional líquida	**104.856**	**4.604**	**109.460**
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(79.232)	(4.652)	(83.884)
Infraestrutura e serviços	(12.802)	.18	(12.784)
Materiais	(.342)	(.8)	(.350)
Depreciação e amortização	(1.733)	(.942)	(2.675)
Total dos custos	**(94.109)**	**(5.584)**	**(99.693)**
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(18.221)	(.617)	(18.838)
Serviços de terceiros	(8.024)	(.559)	(8.583)
Materiais	(.12)	.10	(.2)
Depreciação e amortização	-		
Total das despesas	**(26.257)**	**(1.166)**	**(27.423)**
Resultado operacional	**(15.510)**	**(2.146)**	**(17.656)**

As vendas do Grupo estão concentradas em quatro principais clientes que representam 72% do faturamento consolidado.

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais partes relacionadas, empréstimos, debêntures, fornecedores, passivo de arrendamento, partes relacionadas e demais obrigações. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo resultam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez

28.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de restruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. A Companhia deu passos importantes em seu processo de reestruturação para priorizar sua capacidade de gerar valor para seus clientes, colaboradores e parceiros realizando ajustes em Receitas, Custos e Portfolio de Serviços visando reestabelecimento dos níveis operacionais e aumento da liquidez financeira.

28.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente por equipe dedicada. As vendas da Sociedade estão concentradas em quatro principais clientes, o que minimiza a possibilidade de problemas decorrentes de inadimplência, em vista do processo de seleção desses clientes, os quatro principais clientes representam 80% no consolidado.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratado junto a instituições financeiras de primeira linha.

28.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de março de 2026. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	**Taxa estimada a.a. cenário provável**
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	12,25%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"	4,27%

Instrumentos (Controladora)	**Valor contábil**	**Risco**	**Taxa**	**Cenário I provável**
Empréstimos	(1.779)	Aumento IPCA	4,27%	(1.855)
Debêntures	(84.925)	Aumento IPCA	4,27%	(88.551)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				**3.702**

Instrumentos (Consolidado)	**Valor contábil**	**Risco**	**Taxa**	**Cenário I provável**
Equivalentes de caixa	95.390	Queda CDI	12,25 %	107.075
Empréstimos	(115.988)	Aumento IPCA	4,27%	(120.941)
Debêntures	(114.907)	Aumento IPCA	4,27%	(119.814)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				**(1.826)**

28.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados pelo custo amortizado. A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis, estão demonstrados a seguir:

		Controladora		**Consolidado**	
	Categoria	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	1	25.032	101.890
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	93.073	72.168
Contratos em garantia	Custo amortizado	-	-	12.910	9.975
Depósitos judiciais	Custo amortizado	16.555	-	140.308	141.422

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

		Controladora		Consolidado	
	Categoria	**31/03/2026**	**31/12/2025**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
Outros Ativos	Custo amortizado	-	-	-	1.496
Partes relacionadas	Custo amortizado	39	-	-	-
		16.594	**1**	**271.323**	**326.951**
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	(2.801)	(2.804)	(44.112)	(51.372)
Debêntures	Custo amortizado	(83.201)	(81.619)	(115.216)	(114.907)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(1.722)	(1.710)	(58.887)	(115.988)
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	-	-	(16.191)	(16.890)
Partes relacionadas	Custo amortizado	(12.769)	(12.066)	(7.550)	(7.250)
Demais obrigações	Custo amortizado	-	-	-	-
		(100.493)	**(98.199)**	**(241.956)**	**(306.407)**

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas acima.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

28.5 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM no 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e

- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia.
Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

- **Nível 2** - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

- **Nível 3** - instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para os instrumentos financeiros do Grupo de "Custo Amortizado", que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, outros ativos, partes relacionadas, fornecedores, arrendamento e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

Docusign Envelope ID: 368FB197-1CF7-409B-93C5-9DF92F12D1E9

29 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar seus efeitos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Companhia. As necessidades de cobertura da Companhia são revisadas periodicamente.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com artigo 27 da Resolução CVM N° 80/22, os diretores da Contax Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, declaram que reviram, discutiram e concordam com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Felipe Rosado França
Diretor Presidente

Rodrigo Santana Canhiçares
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o relatório do auditor independente

Em conformidade com artigo 27 da Resolução CVM N° 80/22, os diretores da Contax Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, declaram que reviram, discutiram e concordam com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

André Felipe Rosado França
Diretor Presidente

Rodrigo Santana Canhiçares
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores